



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	28
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	33
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	34
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	35
BALANÇOS PATRIMONIAIS	36
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	38
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	39
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	40
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	102
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	103
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	104

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta	193	175	10%	681	508	34%
EBITDA	115	147	(22%)	434	269	61%
Resultado Financeiro	(68)	(58)	17%	(244)	(209)	17%
Lucro Líquido	(4)	30	N/A	-	(70)	N/A
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	2.105	2.180	(3,4%)	8.236	8.044	2,4%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	1.862	1.971	(5,5%)	7.204	7.120	1,2%
Número de Clientes (mil)	1.188	1.180	0,7%			
DEC anualizado (horas)	5,04	7,01	(28,1%)			
FEC anualizado (interrupções)	3,80	4,74	(19,8%)			
Perdas de Distribuição (%)	11,30%	11,41%	(0,11 p.p.)			

Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2024	2023	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,93	5,10	(2,17)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	



¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

³ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 2.105 GWh no 4T24 (-3,4% vs. 4T23) e de 8.236 GWh em 2024 (+2,4% vs. 2023).
- EBITDA de R\$ 115 milhões no 4T24 (-22% vs. 4T23) e de R\$ 434 milhões em 2024 (+61% vs. 2023).
- Capex de R\$ 275 milhões em 2024, sendo R\$75 milhões destinados à expansão de redes.
- DEC de 5,04h (abaixo do regulatório de 6,85h) e FEC de 3,80x (abaixo do regulatório de 4,89x).
- Perdas totais 12 meses de 11,30% no 4T24, enquadrada no limite regulatório (11,74%).
- Reajuste tarifário com variação da Parcela B de +5,0%, aplicado a partir de 22 de outubro de 2024.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2024, a Neoenergia continuou a consolidar ótimos resultados em todo território do Distrito Federal. Guiados por estratégias sustentáveis, investimos no sistema elétrico do DF, o que resultou em diversas melhorias para a população. Entre os avanços, destacam-se a redução significativa de interrupções no fornecimento de energia, e a ampliação de programas sociais e de eficiência energética, que promoveram o uso de fontes renováveis e a instalação de painéis solares, que acabaram contribuindo para a redução da conta de luz e a preservação do meio ambiente.

Nossas equipes trabalharam incansavelmente em turnos durante 24 horas por dia e sete dias por semana para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica com qualidade e segurança para cerca de 1,2 milhões de clientes, mesmo em cenários de adversidade climática. Esse número de clientes vem crescendo, e neste último ano foram adicionados cerca de 8 mil clientes, um acréscimo de 0,7% na nossa base de consumidores.

Nosso compromisso com o desenvolvimento da população e o cenário do mercado local continuou a gerar emprego e renda, concluímos mais duas turmas no curso de formação de eletricitistas, capacitando 44 novos profissionais para o mercado de trabalho. Destes, 98% foram contratados, sendo 21 homens e todas as 22 mulheres, ampliando a equidade de gênero também nas áreas técnico-operacionais da empresa. Entre nossos compromissos de ESG, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está o aumento da presença de mulheres nas atividades de eletricitista, promovendo a igualdade de gênero, emprego digno e crescimento econômico nas regiões onde atuamos. Desde nossa chegada ao Distrito Federal, já capacitamos 387 profissionais através da escola de eletricitistas, sendo 151 mulheres (46%).

Mantivemos nosso compromisso com investimentos robustos na infraestrutura do sistema elétrico, através da expansão, modernização e automação da rede. Em 2024, os investimentos ultrapassaram R\$ 275 milhões, cerca de 5,6 vezes a média histórica anual antes da nossa chegada. Esses valores trazem inúmeros benefícios como uma maior confiabilidade da nossa rede de distribuição e a redução do risco de apagões e interrupções de grandes proporções.

Dessa forma, esses investimentos empregados de maneira prudente, aliados às ações e estratégias implantadas, têm garantido a melhoria contínua na qualidade do fornecimento. Isso resultou no melhor resultado nos indicadores de continuidade desde que chegamos no DF, sendo o indicador de Duração Equivalente por Cliente (DEC) de 5,04 horas e a Frequência Equivalente por Cliente (FEC) de 3,80 interrupções, ambos abaixo dos limites regulatórios e 28% e 20% melhores que os resultados do ano anterior.

Com nossa estratégia de sustentabilidade econômico-financeira, direcionamos os investimentos, alinhada à cultura de eficiência em custos e processos, conseguimos melhorar a qualidade e reduzir as despesas, atingindo um EBITDA de R\$ 434 milhões.

O compromisso com nossos clientes permaneceu em 2024, bem como nossa posição no ranking de Teleatendimento/Call Center, permanecendo com o melhor resultado dentre as distribuidoras de grande porte. Concluímos o ano com todas as nossas lojas de atendimento modernizadas e aumentamos a quantidade de totens de autoatendimento, que responderam por mais de 390 mil atendimentos ao longo do ano. Chegamos à 100% das Regiões Administrativas com nosso atendimento itinerante, fortalecendo a nossa relação de proximidade com a população.

Continuamos focados em nosso programa de combate a perdas, com ações de inteligência e em parceria com o GDF, assegurando eficiência e o rigor no enfrentamento de furtos e à inadimplência, atingindo um índice de perdas totais 12 meses de 11,30%, permanecendo abaixo do limite regulatório e mantendo a tendência de queda. Isso representa uma redução de 20% quando comparada com o índice da nossa chegada no DF.

Nas ações de combate à inadimplência, é importante destacar que renovamos a parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, um projeto pioneiro no setor e que promove um importante canal de diálogo para aqueles que possuem dívidas com a distribuidora. Além disso, foram promovidos feirões de negociação e disponibilizados diversas formas de pagamento com o intuito de regularização de pendências.

Como parte do nosso compromisso social, a Neoenergia Brasília regularizou a energia elétrica para aproximadamente 2,8 mil famílias em 2024. Desde sua chegada ao Distrito Federal, a empresa já beneficiou cerca de 40 mil famílias, promovendo desenvolvimento econômico e social para essa parcela da população e garantindo o fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança em todo o Distrito Federal. Em 2025, seguiremos com o mesmo propósito junto à sociedade do DF, com um planejamento de regularização do fornecimento de energia de mais famílias.

Também lançamos um projeto de Cooperação entre a Neoenergia, o Tribunal de Justiça do DF e a Instituição OndaSUP. O objetivo foi proporcionar aos jovens de serviços de acolhimento e/ou em situação de vulnerabilidade social, assim como aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, acesso ao mercado de trabalho através do programa de aprendizagem da Neoenergia Brasília. Até o momento, já foram contratados três aprendizes por meio deste programa.

Além disso, destinamos cerca de R\$ 13,5 milhões para ações do Programa de Eficiência Energética (PEE), regulado pela Aneel. Em 2024, substituímos mais de 64 mil lâmpadas, beneficiando mais de 14 mil consumidores em 41 comunidades do Distrito Federal. No âmbito do projeto de Eficientização de prédios públicos e assistenciais, foram construídos três sistemas fotovoltaicos que totalizam 546 kWp e substituídas mais de 66 mil lâmpadas que beneficiaram 188 prédios, que incluem escolas, unidades de saúde e instituições filantrópicas. Ainda dentro dos projetos de eficiência, iniciamos a ação inovadora com o lançamento da Plataforma de consumo consciente, que permite aos clientes monitorar em tempo real o consumo de energia através de um equipamento de baixo custo e que permite o envio de alertas e orientações sobre consumo consciente.

Agradeço a dedicação e empenho de todo o time de colaboradores da Neoenergia Brasília. Além dos resultados históricos alcançados, vocês têm transformado a vida da sociedade do Distrito Federal. Para 2025, reafirmamos nosso compromisso de fornecer energia elétrica com qualidade e segurança a toda a população, valorizando e capacitando nossos colaboradores para proporcionar uma melhor experiência e satisfação aos nossos clientes.

Frederico Jacob Candian
Diretor-presidente da Neoenergia Brasília

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Brasília detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 33 municípios do Distrito Federal (DF), abrangendo uma área de concessão de 5,8 mil km². É uma Companhia de capital fechado, com 100% do seu capital detido pela Neoenergia, conforme estrutura abaixo:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 15 de outubro de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Distribuição Brasília, o qual entrou em vigor em 22 de outubro, com efeito médio de -3,32% para os consumidores (-4,19% para alta tensão e -2,98% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no reajuste foram os componentes financeiros e os encargos setoriais.

A variação da Parcela A foi de -2,8%, totalizando R\$ 3.108,9 milhões, impactada pelas reduções de -7,7% nos encargos setoriais e -11,7% nos custos com transmissão e pelo aumento de 2,13% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 276,20/MWh. Já a variação da Parcela B, foi de 5,0% reflexo da inflação acumulada no período (IPCA) de +4,46%, menos o Fator X que foi de -0,03%, resultando no valor da Parcela B de R\$ 647,8 milhões.

3.2. Principais discussões tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

O Despacho ANEEL nº 894, de 21/03/24, publicou os valores de Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos tarifários a partir de 1º/03/24 a 28/02/25. No entanto, em 25 de abril, houve uma retificação, através do Despacho ANEEL nº 1.296/2024, dos valores apurados relacionados ao WACC. A taxa real depois dos impostos aplicado às distribuidoras foi de 7,72%, enquanto em 2023 era de 7,42%; para as transmissoras e geradoras foi de 7,56%, enquanto em 2023 era de 7,26%.

Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22/06/23, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social.

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual.

Em 20 junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual.

Em 16 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, o prazo de envio de contribuição se encerrou em 02/12/24, e como próximos passos, espera-se o resultado desta consulta com a publicação do termo aditivo pela ANEEL.

Marco Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica, no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei n.º 14.300/2022 (marco legal MMGD).


Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

Em maio de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.094/2024 com regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuídas. Esse tema foi debatido por meio da Consulta Pública nº 31/2022 e, segundo decisão da agência, o cálculo da sobrecontratação involuntária ocorrerá para as sobras de energia apuradas a partir de 2022, abrangendo todas as instalações de MMGD existentes. Na regulamentação do art. 24, estabeleceu-se as regras para que consumidores com MMGD possam vender energia para a distribuidora. De forma bem resumida, a distribuidora pode fazer uma chamada específica para esses geradores, informando-a para os consumidores cadastrados. Para fazer a venda, eles devem fazer adesão à CCEE, e estão sujeitos a um preço máximo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou o ano com 1.188 mil consumidores ativos, incremento de 8 mil novos consumidores vs. 2023 (+0,7%).

 Número de Consumidores (milhares)			Participação no Total %		2024 x 2023	
	2024	2023	2024	2023	Dif.	%
Residencial	1.051	1.043	88,5%	88,4%	8	0,8%
Industrial	1	1	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	120	119	10,1%	10,1%	1	0,8%
Rural	10	10	0,8%	0,8%	-	-
Outros	7	6	0,6%	0,5%	1	16,7%
Total	1.188	1.180	100%	100%	8	0,7%

4.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída (cativo + livre + GD) foi de 1.862 GWh no 4T24 (-5,5% vs. 4T23), devido às temperaturas mais amenas na área de concessão. No ano, a energia distribuída atingiu 7.204 GWh (+1,2% vs. 2023), influenciada pelas temperaturas mais altas no 1S24 e maior incremento da Geração Distribuída

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

	Neoenergia Brasília		4T24 x 4T23		Participação no Total %		Neoenergia Brasília		2024 x 2023		Participação no Total %	
	4T24	4T23	Dif.	%	4T24	4T23	2024	2023	Dif.	%	2024	2023
Energia Distribuída (GWh)												
Residencial	677	709	(32)	(4,5%)	36,3%	36,0%	2.582	2.549	33	1,3%	35,8%	35,8%
Industrial	7	13	(6)	(46,2%)	0,4%	0,6%	33	41	(8)	(19,5%)	0,5%	0,6%
Comercial	328	389	(61)	(15,7%)	17,6%	19,7%	1.353	1.439	(86)	(6,0%)	18,8%	20,2%
Rural	27	37	(10)	(27,0%)	1,4%	1,9%	127	139	(12)	(8,6%)	1,8%	2,0%
Outros	283	350	(67)	(19,1%)	15,2%	17,8%	1.208	1.316	(108)	(8,2%)	16,8%	18,5%
Total Energia Distribuída (Cativa)	1.321	1.498	(177)	(11,8%)	71%	76%	5.302	5.484	(182)	(3,3%)	74%	77%
Industrial	144	144	-	-	7,7%	7,3%	548	551	(3)	(0,5%)	7,6%	7,7%
Comercial	209	175	34	19,4%	11,2%	8,9%	735	616	119	19,3%	10,2%	8,7%
Rural	1	1	-	-	0,1%	0,1%	5	5	-	-	0,1%	0,1%
Outros	29	-	29	-	1,6%	0,0%	39	-	39	-	0,5%	-
Suprimento	37	50	(13)	(26,0%)	2,0%	2,5%	154	134	20	14,9%	2,1%	1,9%
Mercado Livre + Suprimento	420	370	50	13,5%	23%	19%	1.481	1.305	176	13,5%	21%	18%
Residencial	677	709	(32)	(4,5%)	36,3%	36,0%	2.582	2.549	33	1,3%	35,8%	35,8%
Industrial	151	157	(6)	(3,8%)	8,1%	7,9%	582	592	(10)	(1,7%)	8,1%	8,3%
Comercial	536	564	(28)	(5,0%)	28,8%	28,6%	2.087	2.055	32	1,6%	29,0%	28,9%
Rural	28	38	(10)	(26,3%)	1,5%	1,9%	133	144	(11)	(7,6%)	1,8%	2,0%
Outros	312	350	(38)	(10,9%)	16,7%	17,8%	1.246	1.316	(70)	(5,3%)	17,3%	18,5%
Suprimento	37	50	(13)	(26,0%)	2,0%	2,5%	154	134	20	14,9%	2,1%	1,9%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	1.741	1.868	(127)	(6,8%)	94%	95%	6.784	6.789	(5)	(0,1%)	94%	95%
Energia de compensação GD	120	103	17	16,5%	6,4%	5,2%	420	331	89	26,9%	5,8%	4,6%
Total Energia Distribuída (cativa+livre+GD)	1.862	1.971	(109)	(5,5%)	100%	100%	7.204	7.120	84	1,2%	100%	100%

O consumo residencial apresentou retração de -4,5% no 4T24 vs. 4T23, devido às temperaturas mais baixas no trimestre. Em 2024, o segmento registrou um crescimento de +1,3% vs. 2023, impulsionado principalmente pelas temperaturas mais altas no 1S24 e aumento na base de clientes.

A classe industrial (cativa + livre) registrou redução de -3,8% no 4T24 vs. 4T23 e de -1,7% em 2024 vs. 2023, explicado pelo menor consumo do setor de Minerais não metálicos.


A classe comercial (cativa + livre) totalizou 536 GWh no 4T24, -5,0% vs. 4T23 e 2.087 GWh em 2024, +1,6% vs. 2023, principalmente, por maiores temperaturas no 1S24.

O consumo da classe rural (cativa + livre) totalizou 28 GWh no 4T24, -26,3% vs. 4T23 e 133 GWh em 2024, -7,6% vs. 2023, em razão do maior volume de chuvas no trimestre, reduzindo a demanda por irrigação.

As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio - cativa + livre), apresentaram retração de -10,9% no 4T24 vs. 4T23 e de -5,3% em 2024 vs. 2023, com destaque para o menor consumo da classe de iluminação pública.

4.3. Balanço Energético



A energia injetada total (incluindo GD) atingiu 2.105 GWh no 4T24 (-3,4% vs. 4T23), devido às temperaturas mais amenas na área de concessão. Já no ano, totalizou 8.236 (+2,4% vs. 2024), explicado pelo maior incremento da Geração Distribuída.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24	4T23	4T24 x 4T23		2024	2023	2024 x 2023	
			Dif	%			Dif	%
								
Mercado Cativo	1.321	1.498	(177)	(11,8%)	5.303	5.484	(181)	(3,3%)
Mercado Livre + Suprimento	420	370	50	13,5%	1.481	1.305	176	13,5%
Energia Distribuída (A)¹	1.741	1.868	(127)	(6,8%)	6.784	6.789	(5)	(0,1%)
Energia Perdida (B)	230	215	15	7,0%	854	880	(27)	(3,0%)
Não Faturado (C)	(19)	(12)	(7)	58,3%	11	(5)	15	(320,0%)
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.952	2.071	(119)	(5,7%)	7.648	7.664	(16)	(0,2%)
Energia Injetada pela GD (E)	153	109	44	40,4%	588	380	208	54,7%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	2.105	2.180	(75)	(3,4%)	8.236	8.044	192	2,4%

NOTA: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	8,15%	8,17%	8,20%	8,23%	8,34%	3,26%	2,98%	2,95%	2,78%	2,96%	11,41%	11,15%	11,15%	11,02%	11,30%	11,74%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	625	630	639	639	638	250	230	230	216	227	874	861	868	856	864	898

NOTAS: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses.

A Neoenergia Brasília apresentou perdas totais 12 meses de 11,30% no 4T24, abaixo do limite regulatório de 11,74%.

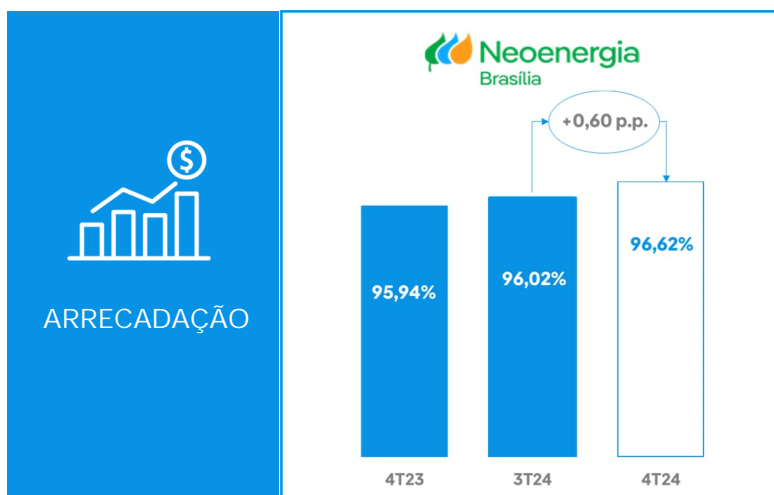
Em 2024 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de mais de 28 mil inspeções, com recuperação de 86 GWh;
- (ii) Substituição de cerca de 34 mil medidores obsoletos por equipamentos mais modernos;
- (iii) Regularização de aproximadamente 2.677 ligações clandestinas;
- (iv) Realização de 53 ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores:



A arrecadação totalizou 96,62% no 4T24, incremento de +0,60 p.p em relação ao trimestre anterior, evidenciando o êxito do plano de recuperação de crédito.

PECLD/ ROB	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Limite Regulatório 4T24	2024	Limite Regulatório 2024
<i>ROB</i>	1.443	1.353	1.342	1.332	1.415	1.415	5.442	5.442
<i>PECLD</i>	13	13	8	10	17	7	48	29
Inadimplência	0,88%	0,94%	0,62%	0,74%	1,23%	0,52%	0,89%	0,54%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

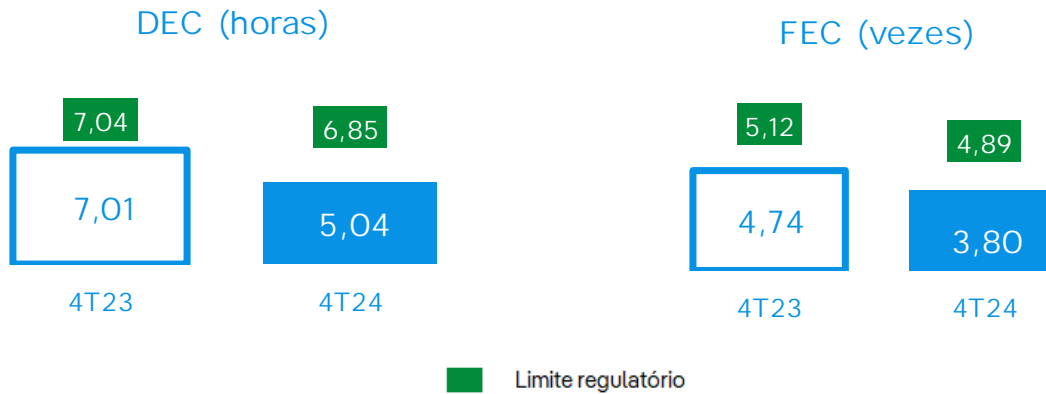
O indicador PECLD/ROB no 4T24 foi de 1,23%, acima do limite regulatório de 0,52%.

No 4T24 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação. Dentre elas, destacamos:

- (v) 30 mil suspensões de fornecimento em clientes comerciais e industriais;
- (vi) 82 mil negativações;
- (vii) Acompanhamentos de 13,8 mil instalações de clientes que sofreram suspensão do fornecimento;
- (viii) Protesto de 89 mil títulos, por meio dos cartórios;
- (ix) 1,6 milhões de cobranças terceirizadas por meio de assessorias;
- (x) Ações sistemáticas e customizadas para Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;
- (xi) Implementação de novas tecnologias possibilitando pagamento das faturas de energia por meio do cartão;
- (xii) Negociações para 28 mil consumidores por meio da plataforma digital;
- (xiii) Notificação de 78 mil clientes por meio do WhatsApp.

4.6. DEC e FEC (12 meses)

Os bons resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Brasília superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela Companhia, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	985	871	114	13%	3.535	3.279	256	8%
Custos Com Energia	(797)	(698)	(99)	14%	(2.867)	(2.781)	(86)	3%
Margem Bruta s/ VNR	188	173	15	9%	668	498	170	34%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	5	2	3	150%	13	10	3	30%
Margem Bruta	193	175	18	10%	681	508	173	34%
Despesa Operacional	(61)	(15)	(46)	307%	(199)	(191)	(8)	4%
PECLD	(17)	(13)	(4)	31%	(48)	(48)	-	-
EBITDA	115	147	(32)	(22%)	434	269	165	61%
Depreciação	(50)	(34)	(16)	47%	(176)	(146)	(30)	21%
Resultado Financeiro	(68)	(58)	(10)	17%	(244)	(209)	(35)	17%
IR CS	(1)	(25)	24	(96%)	(14)	16	(30)	N/A
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO	(4)	30	(34)	N/A	-	(70)	70	N/A

A Neoenergia Brasília apresentou margem bruta de R\$ 193 milhões no 4T24 (+10% vs. 4T23) e de R\$ 681 milhões em 2024 (+34% vs. 2023), refletindo a variação da parcela B de +5,0% no reajuste de outubro/24 além do impacto da sobrecontratação, que resultou em um efeito positivo neste ano (+R\$ 21 milhões no 4T24 vs. -R\$ 9 milhões no 4T23 | +R\$19 milhões em 2024 vs. -R\$ 137 milhões em 2023).

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 61 milhões no 4T24 (+307% vs. 4T23) e R\$ 199 milhões em 2024 (+4% vs. 2023) explicada por uma reversão pontual de contencioso, ocorrida no 4T23, relativa à classe baixa renda no valor de R\$ 39 milhões. Expurgando esse efeito, as despesas teriam apresentado variação de +12% vs. 4T23 e de -14% vs. 2023, refletindo os ganhos de eficiência em função de primarização de mão de obra.

No trimestre, a PECLD foi de R\$ 17 milhões (+R\$4 milhões vs. 4T23), vale destacar que o 4T23 foi impactado pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, que totalizaram R\$ 2,5 milhões. No ano, a PECLD foi de R\$ 48 milhões, em linha com 2023, reflexo do sólido desempenho do plano de recuperação de crédito.

O EBITDA foi de R\$ 115 milhões no trimestre (-22% vs. 4T23) e de R\$ 434 milhões em 2024 (+61% vs. 2023).

O Resultado Financeiro foi de -R\$68 milhões no 4T24 (vs. -R\$58 milhões no 4T23) e de -R\$ 244 milhões no ano (vs. -R\$ 209 milhões em 2023), em virtude da maior atualização de passivo financeiro setorial.

Como resultado das variações acima, a Neoenergia Brasília registrou prejuízo de R\$ 4 milhões no 4T24 (vs. lucro de R\$30 milhões no 4T23) e sem lucro em 2024 (vs. prejuízo de R\$70 milhões em 2023).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
(Prejuízo) Lucro líquido do período (A)	(4)	30	(34)	N/A	-	(70)	70	(100%)
Despesas financeiras (B)	(71)	(62)	(9)	15%	(264)	(219)	(45)	21%
Receitas financeiras (C)	22	18	4	22%	85	83	2	2%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(19)	(14)	(5)	36%	(65)	(73)	8	(11%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(1)	(25)	24	(96%)	(14)	16	(30)	(188%)
Depreciação e Amortização (F)	(50)	(34)	(16)	47%	(176)	(146)	(30)	21%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	115	147	(32)	(22%)	434	269	165	61%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	18	10	8	80%	59	36	23	64%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(58)	(55)	(3)	5%	(219)	(217)	(2)	1%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(28)	(13)	(15)	115%	(84)	(28)	(56)	200%
Juros, comissões e acréscimo moratório	9	9	-	-	34	34	-	-
Variações monetárias e cambiais - outros	-	4	(4)	(100%)	(1)	1	(2)	(200%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(5)	(3)	(2)	67%	(15)	(11)	(4)	36%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(19)	(15)	(4)	27%	(49)	(15)	(34)	227%
Obrigações pós emprego	(1)	(1)	-	-	(3)	(7)	4	(57%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(12)	(7)	(5)	71%	(50)	(30)	(20)	67%
Total	(68)	(58)	(10)	17%	(244)	(209)	(35)	17%

O Resultado Financeiro foi de -R\$68 milhões no 4T24 (vs. -R\$58 milhões no 4T23) e de -R\$ 244 milhões em 2024 (vs. -R\$209 milhões em 2023) devido a maior atualização de passivo financeiro setorial.

6. INVESTIMENTOS

O Capex da Neoenergia Brasília foi de R\$ 275 milhões em 2024, dos quais R\$75 milhões foram destinados à expansão de redes.

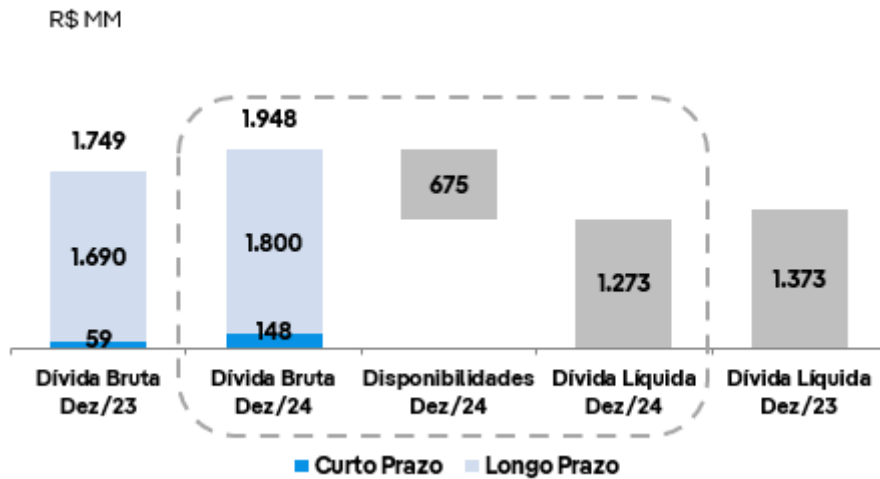
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Brasília		
	4T24	2024	
Expansão de Rede	(25)	(75)	21%
Programa Luz para Todos	-	-	
Novas Ligações	(10)	(34)	
Novas SEs e RD's	(15)	(42)	
Compromisso ECV	-	-	
Renovação de Ativos	(22)	(61)	22%
Melhoria da Rede	(18)	(39)	14%
Perdas e Inadimplência	(6)	(18)	7%
Outros	(54)	(101)	37%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	5	(0)	
(=) Investimento Bruto	(122)	(294)	
SUBVENÇÕES	2	19	
(=) Investimento Líquido	(120)	(275)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(5)	0	
(=) CAPEX	(125)	(275)	100%
Base de Anuidade Regulatória	(54)	(101)	34%
Base de Remuneração Regulatória	(72)	(194)	66%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

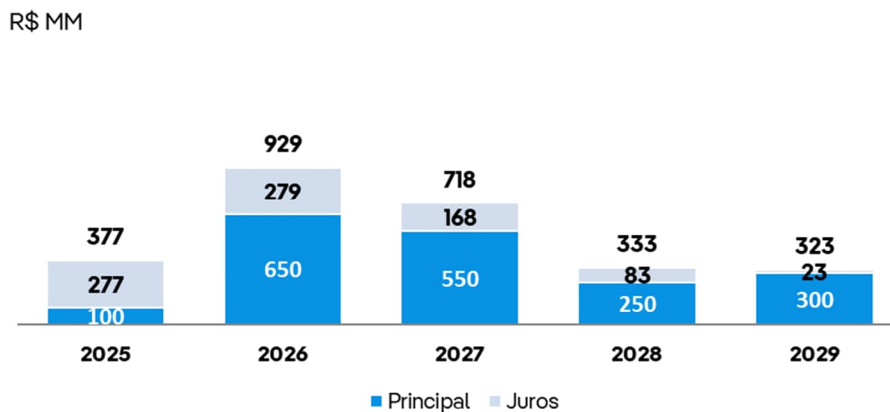
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 1.273 milhões (dívida bruta de R\$ 1.948 milhões), apresentando redução de 7% (R\$100 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Brasília possui 92% da dívida contabilizada no longo prazo e 8% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento


O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



8. OUTROS TEMAS

8.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

 Número de Consumidores (milhares)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	
			Dif.	%
Convencional	950	948	2	0,2%
Baixa Renda	101	95	6	6,3%
Total	1.051	1.043	8	0,8%

8.2. Práticas de Gestão

8.2.1. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Brasília reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo:

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

8.2.2. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTfobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- Herenergy: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaques:

- Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
- Ensinando Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- Operação quilo: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- Gincana da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

9. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

9.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta	
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
	Cientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
S	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
G	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO2 nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio "Boas práticas" do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de "CEO Elas lideram 2030" mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

9.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia *first to market*, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos.
- Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;

- Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, *big data*, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, *startups* e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com *startups*; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multilink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

9.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.
- 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;

- Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.
- Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

9.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto "NAP" de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (*Western Hemisphere Shorebird Reserve Network*), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

9.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Brasília tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total do PEE, em 2024, foi de R\$ 13,5 milhões. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 64 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por descontos na conta de energia. Mais de 8 toneladas de resíduos foram recicladas, resultando em quase R\$ 16 mil de desconto na conta de energia elétrica para cerca de 300 consumidores, através da operação de 11 máquinas da Retorne Machine.
- Projetos educativos em escolas públicas, capacitando mais de 1.000 professores e 51.000 alunos de 146 unidades de ensino sobre o uso eficiente da energia elétrica.
- Projetos de eficiência em 188 prédios públicos e assistenciais na área de concessão da distribuidora, incluindo instalações da FAB e Correios. Foram substituídas mais de 66.000 lâmpadas e instaladas 3 usinas solares fotovoltaicas, totalizando 546 kWp.
- Projetos de Eficiência de Iluminação Pública em 4 localidades de Brasília (Eixo L e Eixo W do Plano Piloto, EPCT - Estrada Parque Contorno e parte da EPJK - Estrada Parque Juscelino Kubitschek) com a substituição de mais de 2,5 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- Projeto Plataforma Consumo Consciente, que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia residencial para coletar dados e disponibilizá-los em uma plataforma de monitoramento de consumo em tempo real, de baixo custo. A plataforma oferece interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

9.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia Brasília: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 11,6 milhões no Programa de PDI da Neoenergia Brasília. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

Segurança:

- (i) Smart Safety Eye, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

Eficiência Operacional:

- (i) Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;
- (ii) Plataforma Integrada de Automação para Simulação de Subestação, realiza testes de interoperabilidade, integrações entre equipamentos e sistemas, além de testes de lógicas de controle e proteção.

10. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 498.614, dos quais R\$ 418.835 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 79.778 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

11. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

12. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Brasília apresenta os resultados do 4T24 e 2024 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T24	2024	4T23	2023	
(+) Receita líquida	1.019	3.662	904	3.401	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(5)	(13)	(2)	(10)	Nota 3
(-) Outras receitas	(28)	(114)	(31)	(112)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1)	-	-	-	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	985	3.535	871	3.279	
(+) Custos com energia elétrica	(681)	(2.591)	(662)	(2.570)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(116)	(276)	(36)	(211)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(797)	(2.867)	(698)	(2.781)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	5	13	2	10	Nota 3
= MARGEM BRUTA	193	681	175	508	
(+) Custos de operação	(99)	(344)	(57)	(190)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(2)	(9)	(14)	(53)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrat	(39)	(136)	(9)	(206)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	50	176	34	146	Nota 6
(+) Outras receitas	28	114	31	112	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	-	-	-	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(61)	(199)	(15)	(191)	
(+) PCE	(17)	(48)	(13)	(48)	Demonstrações de resultado
EBITDA	115	434	147	269	
(+) Depreciação e Amortização	(50)	(176)	(34)	(146)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(68)	(244)	(58)	(209)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(1)	(14)	(25)	16	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	(4)	-	30	(70)	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Neoenergia Brasília" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Brasília e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Brasília.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Brasília sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia Distribuição Brasília S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidas quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas a: (i) determinados controles de tecnologia da informação; e (ii) mensuração da receita não faturada de disponibilidade da rede elétrica referente a consumidores de Mini e Microgeração Distribuída (“MMGD”), sendo esta última originada de ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando a natureza, a época e a extensão, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo de receita de fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e ao monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. Leite

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	3.662	3.401
Custos		(3.211)	(2.971)
Custos com energia elétrica	4	(2.591)	(2.570)
Custos de construção	5	(276)	(211)
Custos de operação	6	(344)	(190)
Lucro bruto		451	430
Perdas de créditos esperadas	10.2	(48)	(48)
Despesas com vendas	6	(9)	(53)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(136)	(206)
Lucro operacional		258	123
Resultado financeiro	7	(244)	(209)
Receitas financeiras		85	83
Despesas financeiras		(264)	(219)
Outros resultados financeiros, líquidos		(65)	(73)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		14	(86)
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(14)	16
Corrente		(6)	(4)
Diferido		(8)	20
Prejuízo do exercício		-	(70)
Prejuízo básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		(0,00)	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	-	(70)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	(1)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(11)	19
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	4	(6)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(7)	13
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(7)	12
Resultado abrangente do exercício	(7)	(58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	-	(70)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	180	151
Baixa de ativos não circulantes	19	8
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	14	(16)
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	244	209
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(13)	(10)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	55	(126)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(7)	18
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(1)	(63)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	102	211
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(37)	(147)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(6)	(47)
Outros ativos e passivos, líquidos	(7)	26
Caixa gerado nas operações	543	144
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(169)	(133)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(60)	(73)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	59	36
Juros pagos - Arrendamentos	(5)	(6)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	368	(32)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(290)	(234)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(290)	(234)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	400	350
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(1)	(1)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(200)	-
Obrigações especiais	26	32
Pagamento de principal - Arrendamentos	(4)	(5)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	221	376
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	299	110
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	372	262
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	671	372
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	4	4
Arrendamentos capitalizados	5	7

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	671	372
Contas a receber de clientes e outros	10	925	945
Títulos e valores mobiliários		1	1
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	6	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	26	47
Outros tributos a recuperar	8.2.1	29	11
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	16
Outros ativos circulantes		147	119
Total do circulante		1.805	1.511
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	40	41
Títulos e valores mobiliários		3	3
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	46	-
Outros tributos a recuperar	8.2.1	24	42
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	672	676
Depósitos judiciais	16.1 (c)	28	30
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	325	269
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	219	173
Direito de uso		34	36
Intangível	13	3.005	3.012
Total do não circulante		4.396	4.282
Total do ativo		6.201	5.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	364	369
Empréstimos e financiamentos	15.2	147	50
Passivo de arrendamento		8	5
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	7	9
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	38	35
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	74	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	162	204
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	167	167
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	12	16
Outros passivos circulantes	17	116	61
Total do circulante		1.095	916
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	17	16
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.846	1.564
Passivo de arrendamento		34	36
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	126
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	32	25
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	150	139
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	35	36
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	323	264
Outros passivos não circulantes	17	45	40
Total do não circulante		2.482	2.246
Patrimônio líquido		2.624	2.631
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.201	5.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	797	1.436	(61)	40	419	-	2.631	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	(7)	-	-	-	(7)	
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	797	1.436	(68)	40	419	-	2.634	

	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	797	1.436	(73)	40	489	-	2.689	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(70)	(70)	
Outros resultados abrangentes	-	-	12	-	-	-	12	
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(70)	70	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	797	1.436	(61)	40	419	-	2.631	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.802	5.312
Outras receitas (*)	38	25
Perdas de créditos esperadas	(48)	(48)
Subtotal	5.792	5.289
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(2.845)	(2.822)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(418)	(364)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(19)	(19)
Subtotal	(3.282)	(3.205)
Valor adicionado bruto	2.510	2.084
Depreciação e amortização (*)	(180)	(151)
Valor adicionado líquido produzido	2.330	1.933
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	399	263
Subtotal	399	263
Valor adicionado total a distribuir	2.729	2.196
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	104	66
Benefícios	45	57
FGTS	7	7
Subtotal	156	130
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	936	901
Estaduais	992	761
Municipais	7	9
Subtotal	1.935	1.671
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	638	465
Subtotal	638	465
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	-	(70)
Subtotal	-	(70)
Valor adicionado distribuído	2.729	2.196

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Distribuição Brasília (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede no Distrito Federal – Brasília – Brasil, é sociedade anônima de capital fechado, e controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Distrito Federal abrangendo uma área de concessão de 5.780 km², a qual é regulada pelo contrato de concessão n° 66/1999 - ANEEL com vencimento em 2045.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Distrito Federal.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ e nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities*, que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (1)	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	-

(1) Bank of America – BofA possui *rating* somente em escala global.

1.1.2. Gestão de riscos operacionais

(a) Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Em relação aos indicadores referentes ao ano de 2023, a análise realizada pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado - SFF da ANEEL apresentou indicação de descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira da Distribuidora. Tal descumprimento enseja a realização de aporte equivalente ao valor que deveria ser reduzido da dívida líquida da Distribuidora para que os indicadores fossem considerados cumpridos. Em junho de 2024, foram protocolados pela ABRADDEE e pela Companhia pleitos administrativos perante a ANEEL com vistas a aperfeiçoamentos no processo de análise da sustentabilidade econômico-financeira referente ao ano civil de 2023, bem como no sentido de afastar fatos não recorrentes ocorridos naquele ano, o que se aceita leva à apuração de cumprimento de tais indicadores pela Companhia. Em função desses pleitos, foi concedida pela ANEEL medida cautelar para suspender a apuração do ano de 2023, até a análise de mérito, conforme Despacho nº 1.883/2024, de 25 de junho de 2024. No momento, aguarda-se a análise dos pleitos administrativo e a decisão a ser emanada pela Diretoria Colegiada da ANEEL, com expectativa da devolução de prazo para aporte no caso dos requerimentos não serem acatados. Após a decisão ainda cabe recurso administrativo por parte da Companhia, a qual defende não ser necessário o aporte, uma vez que não há problema de sustentabilidade na Concessionária.

Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 507
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 44
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 824
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
D&O	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 150
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS *Accounting Standards* (IFRS *Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
-------	--

3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11.1	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
15.3	Instrumentos financeiros derivativos
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	<p>A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.</p> <p>A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.</p>	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	2.865	2.492
Disponibilidade da rede elétrica (1)	2.591	2.449
Construção de infraestrutura da concessão	276	211
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	160	150
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	16	-
Valor de reposição estimado da concessão (2)	13	10
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(233)	(112)
Outras receitas (nota 3.3)	114	112
Receita operacional bruta	5.802	5.312
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(2.140)	(1.911)
Receita operacional, líquida	3.662	3.401

- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 2.239 (R\$ 2.199 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 352 (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2023); e
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2024

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou no dia 15 de outubro de 2024, o Reajuste Tarifário Anual da Neoenergia Distribuição Brasília, com vigência a partir de 22 de outubro de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.406/2024. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de -3,32%, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste ficou em -4,19%, enquanto para os da baixa tensão ficou em -2,98%. Os fatores que mais impactaram no reajuste foram os componentes financeiros e os encargos setoriais.

A variação da Parcela A foi de -2,8%, totalizando R\$ 3.109, impactada pelas reduções de -7,7% nos encargos setoriais e -11,7% nos custos com transmissão e pelo aumento de 2,13% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 276,20/MWh.

Já a variação da Parcela B, foi de 5,0% (R\$ 648), reflexo da inflação acumulada (IPCA) desde o último reajuste, de 4,46%, deduzida do Fator X, de -0,03%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Residencial	2.582	2.549	2.417	2.140
Comercial	1.353	1.439	1.342	1.288
Industrial	33	41	32	54
Rural	127	139	114	104
Poder público	590	573	577	494
Iluminação pública	312	388	175	190
Serviços públicos	300	351	251	254
Consumo próprio	5	4	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(4)	3
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(2.231)	(2.199)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	192	164
Total	5.302	5.484	2.865	2.492

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de outubro de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.406/2024; e
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 38 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2023) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 52 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2023) referentes à subvenção CDE; (iii) R\$ 80 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 23 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2024	2023
CVA e neutralidade		
Energia (1)	131	(162)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	4	46
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	(4)	(127)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(33)	16
Neutralidade de encargos setoriais	(19)	(29)
PROINFA	4	(30)
	83	(286)
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (4)	(184)	82
Risco hidrológico	(7)	21
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(8)	5
Diferimento de reajuste (5)	(135)	(50)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	-	116
Modicidade Eletrobras (7)	(3)	65
Passivo Baixa Renda	-	78
Bandeira escassez hídrica (nota 11)	-	(146)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (8)	7	-
RTE Covid (9)	11	-
Outros	3	3
	(316)	174
Total	(233)	(112)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024;
- (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024;
- (3) CVA passiva, em função da quitação antecipada da CDE Covid e CDE Escassez Hídrica, conforme autorizado pela MP nº 1.212/2024, resultando em uma CVA a devolver no exercício;
- (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (5) Referente à reversão, no ciclo 2023/2024, dos valores considerados no processo tarifário de 2023, em função do diferimento associado aos pagamentos referentes à potência contratada de Itaipu, nos termos do Decreto nº 10.665/2021;
- (6) Referente à amortização, no ciclo 2023/2024, dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS;
- (7) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2024;
- (8) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Minigeração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº 9 de 2024; e
- (9) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37 de 2024.

3.3 Outras receitas

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	104	101
Comissão serviços de terceiros	9	9
Renda da prestação de serviços	1	-
Serviço taxado	2	2
(-) Compensação regulatória (1)	(2)	-
Total	114	112

- (1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensão indevida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.4 Deduções de receita bruta

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(989)	(761)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(416)	(435)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(5)	(5)
	(1.410)	(1.201)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(682)	(663)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(16)	(15)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(12)	(13)
Outros encargos (1)	(20)	(19)
	(730)	(710)
Total	(2.140)	(1.911)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus crise hídrica.

As subvenções são registradas em uma sistemática durante os períodos em que o objeto da subvenção seja reconhecido no resultado do exercício, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é 0% (zero por cento).

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação				
Regulado - ACR (1)	3.158	3.685	(736)	(738)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(167)	(107)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	-	7	1
Contratos por cotas de garantia física (4)	1.099	1.292	(193)	(205)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	1.939	1.935	(731)	(756)
Energia Itaipu (6)	1.205	1.286	(275)	(280)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	239	249	(83)	(84)
Energia MMGD (nota 17)	-	-	(21)	-
Outros	119	125	(57)	(63)
Subtotal	7.759	8.572	(2.256)	(2.232)
Créditos de PIS e COFINS			203	200
Total	7.759	8.572	(2.053)	(2.032)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(382)	(372)
Encargos de transporte Itaipú			(44)	(47)
Encargos de conexão			(17)	(13)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (7)			(24)	(19)
Encargo de Energia de Reserva - EER (8)			(121)	(138)
Outros encargos			(1)	(1)
Subtotal			(589)	(590)
Créditos de PIS e COFINS			51	52
Total			(538)	(538)
Total dos custos com energia elétrica			(2.591)	(2.570)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A variação é decorrente da redução de contratos, devido a participação no MVE (vendendo energia) e dos MCSD EN (cedendo energia);
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2024 (127,86 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2023 (72,36 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) A variação é decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2024 (REH nº 2.996, de 14 de dezembro de 2021) em relação a 2023;
- (5) A variação é decorrente de reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores, a partir de 01 de abril de 2024 (Corumbá IV) e a partir 22 de outubro de 2023 (contratos que são concatenados com o reajuste da distribuidora);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (6) Redução da demanda (REH nº 3.296, de 12 de dezembro de 2023) e da Tarifa US\$/kW (REH nº 3.303/2023, de 19 de dezembro de 2023);
- (7) Aumento do custo com ESS Brasil decorrente de restrições operativas, que ocasionaram o aumento do despacho térmico para atendimento da elevação da carga, influenciada pelos picos de temperatura e atendimento no horário de ponta; e
- (8) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do término de vigência de leilões de energia de reserva em 2024 e do aumento do PLD em 2024, comparado com 2023.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(25)	(35)
Material	(121)	(119)
Serviços de terceiros	(145)	(76)
Juros sobre obras em andamento	(4)	(4)
Outros	5	(4)
Obrigações especiais	14	27
Total	(276)	(211)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(83)	(7)	(55)	(145)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(100)	(2)	(44)	(146)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(148)	-	(28)	(176)
Provisão para processos judiciais	-	-	(5)	(5)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(13)	-	2	(11)
Total	(344)	(9)	(136)	(489)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

				2023
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(88)	(11)	(52)	(151)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(45)	(60)	(50)	(155)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(32)	(4)	(110)	(146)
Provisão para processos judiciais	-	-	35	35
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(25)	22	(22)	(25)
Total	(190)	(53)	(206)	(449)

6.1. Pessoal e benefícios a empregados

	2024	2023
Remunerações	(69)	(77)
Encargos sociais	(29)	(30)
Auxílio alimentação	(20)	(18)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(9)	(10)
Provisão para férias e 13º salário	(17)	(16)
Plano de saúde	(16)	(28)
Participação nos resultados	(13)	(12)
(-) Transferências para ordens (2)	31	39
Outros	(3)	1
Total	(145)	(151)

- (1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; e
(2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

6.2. Serviços de terceiros

	2024	2023
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(25)	(25)
Agente arrecadador e credenciado	(6)	(7)
Corte, ligação e religação	(8)	(7)
Atendimento e teleatendimento	(20)	(21)
Serviços técnicos e manutenções	(39)	(38)
Poda de árvore e limpeza faixa	(1)	(5)
Cobrança adm. e negativação	(2)	(1)
Tecnologia da informação	(24)	(22)
Serviços jurídicos	-	(2)
Consultoria e auditoria	(3)	(1)
Comunicação	(1)	(2)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(3)	(3)
Vigilância	(2)	(2)
Outros serviços	(14)	(21)
Crédito PIS e COFINS	2	2
Total	(146)	(155)

6.3. Depreciação e amortização

	2024	2023
Quota de depreciação e amortização	(180)	(151)
Subtotal	(180)	(151)
(-) Crédito PIS/COFINS	4	5
Total	(176)	(146)

6.4. Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Seguros	(2)	(2)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(5)	-
Propaganda e publicidade	(4)	(4)
Multa por inadimplência/contratual	22	19
Perdas/alienação/desativação	(5)	(15)
Indenização danos elétricos	(1)	(5)
Material	(15)	(11)
Outros	(1)	(7)
Total	(11)	(25)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	59	36
(-) Tributos sobre receita financeira	(9)	(7)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	34	34
Atualização de depósitos judiciais	1	2
Outras receitas financeiras	-	18
	85	83
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(155)	(143)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(3)	(7)
Atualização do passivo financeiro setorial (2)	(49)	(15)
Atualização de provisões para processos judiciais	(16)	(13)
Outras despesas financeiras	(41)	(41)
	(264)	(219)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(279)	(62)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	84	110
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	(88)	(184)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	219	62
Perdas com variações cambiais e monetárias	(3)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	2	1
	(65)	(73)
Resultado financeiro, líquido	(244)	(209)

- (1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida;
- (2) Referem-se, principalmente, a remuneração dos itens da CVA CDE, Sobrecontratação e Neutralidade, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos processos tarifários de 2024 e 2025; e
- (3) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente receita nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	14	(86)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(5)	29
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições (reversões) permanentes	(9)	(13)
Tributos sobre o lucro	(14)	16
Alíquota efetiva	100%	19%
Corrente	(6)	(4)
Diferido	(8)	20

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	236	238
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) (*)	204	214
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	17	17
Provisão para processos judiciais	43	41
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	48	41
Arrendamentos capitalizados	2	2
Amortização de ágio	20	21
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	4	3
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(37)	(33)
Valor justo de instrumentos financeiros	18	14
Outros	117	118
Total ativo não circulante	672	676

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	676
Efeitos reconhecidos no resultado	(8)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	4
Saldo em 31 de dezembro de 2024	672
Saldo em 31 de dezembro de 2022	662
Efeitos reconhecidos no resultado	20
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	676

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, conforme abaixo:

2029	Entre 2030 e 2034	Entre 2035 e 2039
7	558	107

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar

	2024	2023
IRPJ	22	33
CSLL	4	14
Total ativo circulante	26	47

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui montante de R\$ 0,1 (R\$ 0,1 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

A principal natureza está relacionada a não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios da CSLL, no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023).

8.1.5 Benefício fiscal – *Goodwill* e PMIPL

O benefício fiscal do *Goodwill* incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização do *Goodwill* afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, resultando no registro efetivo de um ativo fiscal diferido referente ao benefício fiscal sobre a amortização fiscal do *Goodwill*, cujos saldos são como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	214	224
Amortização	(29)	(29)
Reversão	19	19
Saldo final do exercício	204	214

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão (baixa do ativo fiscal diferido) e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O *Goodwill* está sendo amortizado mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2025	2026	2027	2028	2029	Entre 2030 e 2034	Entre 2035 e 2039	2040 em diante
10	10	10	10	10	50	50	54

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*Goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; e (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.2. Outros tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52	56
Outros	1	(3)
Total	53	53
Circulante	29	11
Não circulante	24	42

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	90	121
Programa de Integração Social - PIS	2	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11	16
Impostos e contribuições retidos na fonte	5	3
Outros	3	4
Outros tributos a recolher	111	147
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	33	23
Programa de Eficiência Energética - PEE	19	28
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23	16
Outros	8	15
Encargos setoriais	83	82
Total	194	229
Circulante	162	204
Não circulante	32	25

8.3. Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que foi repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	-	126
Atualização monetária	-	(2)
Compensação	-	(124)
Saldo final do exercício	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	32	59
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	108	-
Fundos de Investimento	531	313
Total	671	372

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 dezembro de 2023) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	531	313
Total	531	313

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	995	(131)	864	905	(109)	796
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	17	-	17	1	-	1
Disponibilidade da rede elétrica	63	-	63	45	-	45
Subvenções e subsídios governamentais	10	-	10	23	-	23
Outros recebíveis	23	(12)	11	127	(6)	121
Total	1.108	(143)	965	1.101	(115)	986
Ativo circulante			925			945
Ativo não circulante			40			41

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer reponsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Em dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou a baixa integral destes recebíveis que originalmente seriam vencidos em janeiro e fevereiro do ano subsequente.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Fornecimento de energia	-	11
Subvenções e subsídios governamentais	7	5
Valor de face antes da alienação	7	16
Fluxo de caixa recebido pela alienação	7	16
Deságio nominal praticado	1,07%	0,66%

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras.

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	392	(54)	343	(39)
Comercial	253	(54)	201	(44)
Industrial	18	(3)	13	(2)
Rural	33	(6)	25	(5)
Poder público	57	-	76	(2)
Iluminação pública	19	(7)	8	(7)
Serviço público	12	-	24	-
Não faturado	211	(7)	215	(10)
Total	995	(131)	905	(109)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	594	(14)	514	(11)
Saldos vencidos:	401	(117)	391	(98)
Entre 1 e 90 dias	184	(7)	194	(6)
Entre 91 e 180 dias	30	(4)	34	(4)
Entre 181 e 360 dias	54	(11)	57	(15)
Acima de 360 dias	133	(95)	106	(73)
Total	995	(131)	905	(109)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(115)	(106)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(56)	(46)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	28	37
Saldo final do exercício	(143)	(115)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	Direito	Obrigações	Efeito Líquido	Direito	Obrigações	Efeito Líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	42	(95)	(53)	-	(170)	(170)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	29	-	29	23	-	23
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (nota 3.2)	19	(18)	1	4	-	4
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	33	(2)	31	59	-	59
Neutralidade de encargos setoriais	-	(68)	(68)	-	(39)	(39)
Outros	-	(4)	(4)	-	(8)	(8)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	270	(405)	(135)	310	(240)	70
Risco hidrológico	-	(167)	(167)	-	(154)	(154)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(38)	(38)	-	(29)	(29)
Diferimento de reajuste (nota 3.2)	171	(166)	5	95	(77)	18
CDE Modicidade Eletrobras (nota 3.2)	-	(19)	(19)	-	(22)	(22)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (nota 3.2)	7	-	7	-	-	-
RTE Covid (nota 3.2)	11	-	11	-	-	-
Outros	39	(36)	3	-	-	-
Total	621	(1.018)	(397)	491	(739)	(248)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	525	(498)	27	447	(353)	94
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	96	(520)	(424)	44	(386)	(342)
Total	621	(1.018)	(397)	491	(739)	(248)
Ativo circulante			-			16
Passivo circulante			(74)			-
Passivo não circulante			(323)			(264)

- (1) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um passivo de R\$ 135, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	491	(739)	(248)
Constituição (1)	625	(626)	(1)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(593)	362	(231)
Atualização monetária	72	(121)	(49)
Transferências (3)	26	106	132
Saldo em 31 de dezembro de 2024	621	(1.018)	(397)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	484	(506)	(22)
Constituição	577	(478)	99
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(552)	340	(212)
Atualização monetária	41	(56)	(15)
Transferências	(59)	(39)	(98)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	491	(739)	(248)

- (1) Em 2024, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ (1), com destaque para a CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (2) Em 2024, a Companhia amortizou o montante de R\$ (231), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; e
- (3) O efeito refere-se ao Diferimento Itaipu, conforme Decreto nº 10.665/2021

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela A), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

A parte da energia injetada mensalmente na rede de distribuição por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída e que excede a quantidade necessária para abater o consumo naquele período equivale a um crédito de energia, que é contabilizado como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante contabilizado no passivo a restituir é contabilizada como custo de energia.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	269	202
Baixas	(3)	(1)
Transferência ativo contratual (1)	49	57
Transferência ativo intangível	(3)	1
Ajustes a valor justo (2)	13	10
Saldo final do exercício	325	269
Ativo não circulante	325	269

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção; e

(2) O valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	173	276
Adições (1)	268	206
Baixas	-	5
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(181)	(257)
Transferências - ativos financeiros (1)	(49)	(57)
Transferências - outros	8	-
Saldo final do exercício	219	173
Custo	270	267
Obrigações especiais	(51)	(94)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

a) Política contábil

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preço atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão	Software	Total
Taxa de amortização a.a.	4,45%	0,00%	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.012	-	3.012
Baixas	(16)	-	(16)
Amortização	(175)	-	(175)
Transferências - ativo financeiro (1)	3	-	3
Transferências - ativo contratual (2)	181	-	181
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.005	-	3.005
Custo	4.923	-	4.923
Amortização acumulada	(1.611)	-	(1.611)
Obrigações especiais	(307)	-	(307)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.903	8	2.911
Baixas	(12)	-	(12)
Amortização	(143)	-	(143)
Transferências - entre intangíveis	8	(8)	-
Transferências - ativo financeiro (1)	(1)	-	(1)
Transferências - ativo contratual (2)	257	-	257
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.012	-	3.012
Custo	4.729	-	4.729
Amortização acumulada	(1.431)	-	(1.431)
Obrigações especiais	(286)	-	(286)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração; e
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2024	2023
Energia elétrica	216	251
Encargos de uso da rede	58	53
Materials e serviços	90	65
Energia livre (1)	17	16
Total	381	385
Circulante	364	369
Não circulante	17	16

- (1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos bancários	1.175	1.001
Mercado de capitais	818	613
Empréstimos e financiamentos	1.993	1.614
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(45)	135
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(671)	(372)
Títulos e valores mobiliários	(4)	(4)
Dívida líquida	1.273	1.373

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2024	2023
Denominados em R\$	979	996
Indexados a taxas flutuantes	979	996
Denominados em US\$	1.016	620
Indexados a taxas fixas	1.016	620
	1.995	1.616
(-) Custos de transação	(2)	(2)
	1.993	1.614
Passivo circulante	147	50
Passivo não circulante	1.846	1.564

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2024	2023
Custo médio em % CDI (1)	105,9%	100,9%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,5%	13,3%
Saldo da dívida	1.993	1.614
Instrumentos financeiros derivativos	(45)	135
Dívida total líquida de derivativos	1.948	1.749

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2025	112	189	76	377
2026	796	195	(62)	929
2027	675	145	(102)	718
2028	250	83	-	333
2029	300	23	-	323
Total	2.133	635	(88)	2.680

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 2,52 anos (3,08 anos em dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	1.614	1.302
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	400	350
Amortizações de principal	(200)	-
Custo de captação	(1)	(1)
Pagamento de encargos de dívida	(169)	(133)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	154	144
Variação cambial	195	(48)
Saldo final do exercício	1.993	1.614

- (1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 400, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 junto ao Santander com prazo de vencimento em 3 anos; e (ii) R\$ 200 via 6ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 5 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as operações captadas, no montante de R\$ 350, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 junto ao Bank of America com prazo de vencimento em 4 anos; e (ii) R\$ 150 junto ao MUFG com prazo de vencimento em 2,5 anos.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2026	200
			200

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2024 é de 0,47% a.a (0,47% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (*Covenants*)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 89% contratos de dívida que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,12
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	N/A

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestral ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e

(3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.2.1. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,52% e 2,72%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
<i>Swap</i> de moeda - US\$ vs R\$	45	(135)
Exposição líquida	45	(135)
Ativo circulante	6	-
Ativo não circulante	46	-
Passivo circulante	(7)	(9)
Passivo não circulante	-	(126)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	45	(135)
	45	(135)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2024			2023		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	(135)	-	(135)	(103)	(1)	(104)
Ganho (perda) reconhecido no resultado	131	-	131	(122)	-	(122)
Liquidação financeira entradas (saídas)	60	-	60	71	2	73
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(11)	-	(11)	19	(1)	18
Saldo final	45	-	45	(135)	-	(135)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	131	-	131	(122)	-	(122)

15.3.1. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Fiscais (3)	Regulatórias (4)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52	50	30	23	155
Adições e reversões, líquidas	7	(2)	-	-	5
Pagamentos	(8)	(6)	-	-	(14)
Atualizações monetárias	9	5	-	2	16
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60	47	30	25	162
Circulante					12
Não circulante					150
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37	55	30	69	191
Adições e reversões, líquidas	15	(2)	-	(48)	(35)
Pagamentos	(4)	(9)	-	(1)	(14)
Atualizações monetárias	4	6	-	3	13
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52	50	30	23	155
Circulante					16
Não circulante					139

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1) Provisões cíveis: Do total reconhecido, destacam-se:

- Eletronorte: Ação movida em face da Neoenergia Brasília para requerer aluguéis pela parcela de imóvel vendido e não entregue em sua totalidade, em virtude de não desocupação pela ASCEB. Os valores de aluguéis estão estimados em R\$ 25; e
- ASCEB: Ação com trânsito em julgado com condenação para pagamento de indenização pelas acessões e benfeitorias do imóvel, em valor a ser definido em liquidação por arbitramento. Cumprimento de Sentença ajuizado, processo em fase de liquidação, com valor provisionado em R\$ 12.

2) Provisões trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ação coletiva ajuizada por um grupo de 250 empregados em que exigem a extensão de benefícios do ACT dos quais foram excluídos por marco temporal daquele instrumento. O processo se encontra em fase de liquidação, com decisão desfavorável para a Neoenergia Brasília, com provisão de R\$ 12;
- Ação movida pelo Sindicato em que pleiteiam complementação do piso salarial para os engenheiros da Neoenergia Brasília. Em que pese a condenação tenha recaído para as contratações futuras, na interpretação da empresa, o Sindicato move cumprimento de sentença em que exige o pagamento de R\$ 8 aos empregados envolvidos; e
- Incorporação da Bahia PCH III, abertura dos ajustes ao valor justo R\$ 7.

3) Provisões fiscais: Do total reconhecido, destaca-se:

- Incorporação da Bahia PCH III, abertura dos ajustes ao valor justo R\$ 31.

4) Provisões regulatórias: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações ajuizadas pela distribuidora visando a anulação de autos de infração, decorrentes de multas aplicadas pela ANEEL que totalizam R\$ 25.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos.

Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (1)	77	63
Processos trabalhistas (2)	19	34
Processos fiscais (3)	31	28
Outros processos	34	127
Total	161	252

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos:

- 1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros;

- 2) Processos trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; e
- 3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (1) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (2) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	4	6
Processos trabalhistas	2	4
Outros processos	22	20
Total	28	30

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

16.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Caução em garantia (1)	14	9
Devoluções a consumidores (2)	48	26
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	28	24
Devolução MMGD (3)	21	-
Obrigações CEBPREV	37	39
Outros	13	3
Total	161	101
Circulante	116	61
Não circulante	45	40

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços;
- (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024; e
- (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); e (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	32	31
Benefícios pós-emprego	41	40
Total	73	71
Passivo circulante	38	35
Passivo não circulante	35	36

18.1. Benefícios pós-emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez, no formato de benefício definido e contribuição definida, assim constituídos:

- Plano previdenciário FACEB BD e FACEB SALDADO, ambos instituídos na modalidade de Benefício Definido (BD) e fechados para novas adesões; e
- Plano previdenciário denominado CEBPREV, na modalidade de Contribuição Definida (CD), fechado para novas adesões, não reconhecido como benefício pós-emprego e por essa razão não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação pós-emprego.

Os Planos de Benefícios FACEB BD e SALDADOS são financiados por contribuições de participantes, assistidos e patrocinadora, definidas anualmente pela FACEB, de acordo com o plano de custeio. Atualmente, além das contribuições normais, os Participantes, Assistidos e Patrocinadora efetuam contribuições extraordinárias para equacionamento de *déficit*.

Em julho de 2020 o Plano BD passou por um processo de saldamento, no qual ocorreu a migração de participantes e assistidos para os Planos FACEB SALDADO e CEBPREV, ocasionando uma redução no passivo atuarial do plano.

Após saldamento as dívidas dos contratos de equacionamento relativos a 2016, 2017, 2018, 2020 e o *déficit* do Plano BD, de responsabilidade da patrocinadora, foram consolidados em um único contrato de confissão de dívidas (54º equacionamento), atualizados mensalmente pela variação do INPC-IBGE e capitalização mensal de juros à taxa de 5% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do contrato de equacionamento de dívidas era de R\$ 78 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2023).

A gestão dos planos de benefício é realizada pela FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB (Curador). O Curador dos planos, gestor externo à Administração da Companhia, responsável pela governança e com obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. O Curador dos planos da Companhia é entidade fechada de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2024			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
FACEB – Faceb Saldado	8	492	Fechado	Deficitário
FACEB – Plano BD	2	222	Fechado	Deficitário
	10	714		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD Néos	494	-	Aberto	N/A
FACEB - CEBPREV	326	947	Aberto	N/A
	820	947		
Total	830	1.661		

Conforme exposto acima, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial dos planos, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 5% a.a., com amortização mensal.

	2024	2023	Vencimento
Planos de benefícios definido			
Equacionamento PREV FACEB 16	1	1	Março/2036
Equacionamento PREV FACEB 17	1	1	Julho/2036
Equacionamento PREV FACEB 18	3	3	Novembro/2038
Equacionamento PREV FACEB 20	4	4	Julho/2038
	9	9	
Planos de benefícios Saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	31	32	Julho/2036
Total	40	41	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(137)	129	-	(8)
Efeitos dos juros	(12)	11	-	(1)
Benefícios pagos pelo plano	13	(14)	-	(1)
Redimensionamento	23	(6)	(17)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(113)	120	(17)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(128)	126	(7)	(9)
Efeitos dos juros	(12)	11	-	(1)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	2	-	2
Benefícios pagos pelo plano	18	(18)	-	-
Redimensionamento	(14)	7	7	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(137)	129	-	(8)
Planos deficitários	(113)	120	(17)	(10)
	Benefício saldado			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(354)	338	(16)	(32)
Efeitos dos juros	(29)	29	(2)	(2)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	31	(31)	-	-
Redimensionamento	61	(20)	(41)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(291)	319	(59)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(324)	324	(32)	(32)
Efeitos dos juros	(29)	28	(2)	(3)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	30	(30)	-	-
Redimensionamento	(31)	13	18	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(354)	338	(16)	(32)
Planos deficitários	(291)	319	(59)	(31)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

			2024
	Benefício definido	Benefício saldado	Total
Despesa com juros de passivos	(12)	(31)	(43)
Receita com juros de ativos	11	29	40
Total	(1)	(2)	(3)

			2023
	Benefício definido	Benefício saldado	Total
Despesa com juros de passivos	(12)	(31)	(43)
Receita com juros de ativos	11	28	39
Total	(1)	(3)	(4)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

			2024
	Benefício definido	Benefício saldado	Total
Saldo no início do exercício	(15)	(18)	(33)
Redimensionamento:			
Mudanças nas premissas	23	61	84
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	(17)	(41)	(58)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(6)	(20)	(26)
Efeito bruto	-	-	-
Saldo no final do exercício	(15)	(18)	(33)

			2023
	Benefício definido	Benefício saldado	Total
Saldo no início do exercício	(15)	(18)	(33)
Redimensionamento:			
Mudanças nas premissas	(14)	(31)	(45)
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	7	18	25
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	7	13	20
Efeito bruto	-	-	-
Saldo no final do exercício	(15)	(18)	(33)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2024		2023	
	Benefício definido	Benefício saldado	Benefício definido	Benefício saldado
Valor presente das obrigações atuariais	(113)	(291)	(137)	(354)
Valor justo dos ativos	120	319	129	338
Efeito do limite do ativo (teto)	(17)	(59)	-	(16)
Total passivo líquido	(10)	(31)	(8)	(32)
Passivo circulante	(2)	(3)	(1)	(3)
Passivo não circulante	(8)	(28)	(7)	(29)

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	Benefício definido					
	2024			2023		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Título de dívida - Governos	-	100	100	-	103	103
Investimentos imobiliários	-	1	1	-	1	1
Outros	-	6	6	-	6	6
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/quotas	3	-	3	1	-	1
Fundo de investimento – multimercado	1	-	1	1	-	1
Fundo de investimento – renda fixa	9	-	9	16	-	16
Total	13	107	120	18	110	128

	Benefício saldado					
	2024			2023		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Título de dívida - Corporativo	-	3	3	-	3	3
Título de dívida - Governos	-	252	252	-	253	253
Investimentos imobiliários	-	2	2	-	2	2
Outros	-	31	31	-	30	30
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/quotas	10	-	10	5	-	5
Fundo de investimento – multimercado	2	-	2	2	-	2
Fundo de investimento – renda fixa	19	-	19	43	-	43
Total	31	288	319	50	288	338

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2024	
	Benefício definido	Benefício saldado
2025	11	31
2026	11	30
2027	11	30
2028	11	29
2029	10	29
Entre 2030 e 2034	49	134
Entre 2035 e 2039	43	113
2040 em diante	115	236
Total	261	632

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 1 e R\$ 3 para os Planos de Benefício Definido e Saldado, respectivamente, no exercício de 2025.

Em 01 de novembro de 2024 houve a aprovação pelo órgão regulador (PREVIC) do processo de incorporação da FACEB pela NÉOS. A partir de 01 de janeiro de 2025 os planos de benefícios administrados pela FACEB passarão a ser administrados pela NÉOS, sem qualquer tipo de interrupção ou prejuízo para os seus participantes.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2024		2023	
	Benefício definido	Benefício saldado	Benefício definido	Benefício saldado
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	116	302	144	370
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,14%	3,82%	5,17%	4,70%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,93	8,25	10,82	9,86
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	107	280	130	338
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-3,84%	-3,56%	-4,74%	-4,33%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,41	7,80	10,12	9,26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2024		2023	
	Benefício definido	Benefício saldado	Benefício definido	Benefício saldado
Taxa média nominal de desconto	11,30%	11,30%	8,62%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	3,25%	N/A	3,25%	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	8,66	8,02	10,46	9,55
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F, suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 M&F	MI85 M&F	MI85 M&F	MI85 M&F
Composição familiar	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos, tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC).

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

18.1.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON), todas sem valor nominal.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 797.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte (por unidade de ações):

Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Total	
			Ações	R\$
Neenergia S.A.	800.361.879	797	800.361.879	797
Total	800.361.879	797	800.361.879	797

19.2 Prejuízo por ação e remuneração aos acionistas

a) Prejuízo por ação

Os valores do prejuízo básico e diluído por ação são os seguintes:

	2024	2023
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	-	(70)
Total	-	(70)

Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	800.361.879	800.361.879
Total	800.361.879	800.361.879

Prejuízo básico e diluído por ação:		
Ação ordinária (R\$)	(0,00)	(0,09)

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
			ON
2023			
AGE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos	92	0,1149480
		92	

Em 2024 não houve valores deliberados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 167.

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece, em 31 de dezembro de 2024, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (7) (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2023).

19.4 Reserva de capital

Reserva líquida no montante de R\$ 1.436, correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação do acervo da Bahia PCH III.

19.5 Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 40.

b) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 419.

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	-	10	-	10
	-	10	-	10
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	11	-	19	30
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	167	-	167
	11	167	19	197
				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)	-	7	-	7
	-	7	-	7
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	14	-	11	25
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	167	-	167
	14	167	11	192

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

20.2 Transações com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Custos dos serviços (a)	(125)	-	(180)	(305)
Despesas gerais e administrativas (b)/(e)	(6)	-	(1)	(7)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(19)	-	(19)
	(131)	(19)	(181)	(331)
				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Custos dos serviços (a)	(130)	-	(95)	(225)
Despesas gerais e administrativas (b)/(e)	(12)	-	(2)	(14)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(16)	-	(16)
	(142)	(16)	(97)	(255)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Geração CIII	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	12 anos	2036	(10)	(115)	(13)	(120)
a	Céu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	18 anos	2042	(1)	(4)	-	(4)
b	Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(1)	(1)	(3)
b	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(2)	-	(3)
b	Neoenergia Elektro	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(2)	-	(5)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	Neoenergia	Contrato de FEE por aval	N/A	2 anos	2026	10	(19)	7	(16)
d	Neoenergia	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(167)	-	(167)	-

Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	6 anos	2030	(12)	(100)	(11)	(95)
a	Corumbá III	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	12 anos	2036	(7)	(77)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	2	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	-
Total	4	3

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	140	-	531	59	-	313
Títulos e valores mobiliários	3	-	1	3	-	1
Contas a receber de clientes e outros	1.108	-	-	1.101	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	52	-	-	-	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	2	-	-
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	-	325	-	-	269
Outros ativos	59	-	-	20	-	-
Total	1.310	52	857	1.185	-	583
Passivos financeiros						
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	381	-	-	385	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.993	-	-	1.614	-	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	397	-	-	250	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	7	-	-	135	-
Passivo de arrendamento	42	-	-	41	-	-
Outros passivos	17	-	-	48	-	-
Total	2.830	7	-	2.338	135	-

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2024			2023		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	531	-	531	313	-	313
Títulos e valores mobiliários	1	-	1	1	-	1
Instrumentos financeiros derivativos	52	-	52	-	-	-
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	325	325	-	269	269
	584	325	909	314	269	583
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	7	135	-	135
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
	7	-	7	135	-	135

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2024 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 13 e R\$ 10, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	1.993	2.014	1.614	1.611

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<i>Swap</i> US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 164	US\$ 128	2026 - 2027	987	606
Passivo	R\$ 920	R\$ 714		(942)	(741)
Líquido				45	(135)

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do	6,1923	(1.016)	(1.032)	(155)	(309)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Dólar		987	1.002	150	301
Exposição Líquida				(29)	(30)	(5)	(8)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	6,4363	(1)	-	-
NDF				1	-	-
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	643	78	(12)	(23)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,15%	(979)	(154)	(23)	(46)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(942)	(148)	(22)	(44)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	<u>Compra de Energia (1)</u>	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2026	1.845	196
2027	1.964	183
2028	2.083	195
2029	2.169	208
2030	2.289	241
Entre 2031 a 2035	13.628	1.037

- (1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Teresa Lafuente González
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Titulares

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

DIRETORIA

Frederico Jacob Candian
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A., tendo examinado, em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Ana Teresa Lafuente González – Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Solange Maria Pinto Ribeiro

Leonardo Pimenta Gadelha

Edison Antônio Costa Britto Garcia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na SMAS S/N Trecho 1 Lote A, Park Corporate, Torre 1, 4º Andar, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.522.669/0001-92, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 17 de fevereiro de 2025.

Frederico Jacob Candian
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação